



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

74
6

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0329546-9

APELANTE: Florivaldo Francisco do Nascimento e Outro

APELADOS: Fundação de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco - FUNAPE

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. IMPOSSIBILIDADE DE AFERIÇÃO IMEDIATA DO REAL CONTEÚDO ECONÔMICO DA DEMANDA. GRATIFICAÇÃO QUE NÃO TEM NATUREZA PREVIDENCIÁRIA. COMPETÊNCIA DA VARA DA FAZENDA PÚBLICA PARA PROCESSAR E JULGAR O FEITO. APELO PROVIDO. 1. A discussão dos autos cinge-se à definição da competência jurisdicional para processar e julgar esta ação ordinária cujo valor da causa, por se tratar de litisconsorte facultativo, no qual deve ser "*considerado o valor econômico individualmente pretendido por cada autor*", foi estipulado em montante inferior a 60 (sessenta) salários mínimos, ajuizada após o advento da Lei Federal nº 12.153/2009, que disciplina os Juizados Especiais da Fazenda Pública no âmbito dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios. 2. Deveras, a competência dos Juizados da Fazenda Pública é absoluta, por força do art. 2º, § 4º, da Lei nº 12.153/2009. 3. Logo, não vigora para as partes a liberdade de escolha entre os Juizados da Fazenda Pública e a Justiça Comum, diversamente do regime de livre escolha adotado pela Lei nº 9.099/95, na parte que trata dos Juizados Especiais Cíveis. 4. Na hipótese em exame, insurgem-se os ora apelantes, contra a não inclusão em seus proventos da *Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo*, alegando que, por se tratar de uma gratificação de caráter geral, deve ser extensível aos inativos. 5. Nesse caso, entende-se que não é aferível, de imediato, o real conteúdo econômico da demanda, de modo a ser possível afirmar de maneira peremptória que, a partir do reconhecimento do direito vindicado, o valor a ser apurado na causa será inferior a 60 (sessenta) salários mínimos – o que atrairia a competência dos Juizados da Fazenda Pública. 6. Por outro lado, cabe assinalar que a gratificação em foco não tem natureza previdenciária, o que faria incidir o art. 2º, inciso VI, da Resolução nº 321/2011 do TJPE. 7. Deveras, é consabido que o Estado de Pernambuco sustenta em Juízo a tese de que a vantagem em lume foi expressamente criada para contemplar os policiais militares da ativa, nos termos do art. 8º da LC nº 59/2004, não sendo, exatamente por isso, extensível aos inativos. 8. Assim, não é possível, *a priori*, considerar que a demanda teria *natureza previdenciária*, pelo só fato de ter sido proposta por inativo, porquanto a questão controversa demanda, primeiro, exegese sobre o *caráter* (geral ou *propter laborem*) de vantagem indiscutivelmente estatutária, para só ao depois se cogitar de sua percepção por militar inativo. 9. Nesse contexto, entende-se que é competente para processar e julgar o feito a Vara da Fazenda Pública. 10. Apelo provido, em ordem a reformar a sentença *a quo* e declarar competente a 2ª Vara da Fazenda Pública da Capital para processar e julgar o feito, determinando o retorno dos autos àquela serventia judicial para o seu regular processamento.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

75
e

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos da Apelação Cível nº 0329546-9, acima referenciada, acordam os Desembargadores integrantes da 2ª Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, por unanimidade, em dar provimento à apelação cível, nos termos constantes do voto do relator, que integra o acórdão.

Recife, 29 de *maio* de 2014 (data do julgamento).


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0329546-9

APELANTE: Florivaldo Francisco do Nascimento e Outro

APELADOS: Fundação de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco - FUNAPE

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

RELATÓRIO

Trata-se de **apelação cível** interposta contra sentença (fls. 24/25v) proferida pelo Juízo de Direito da 2ª Vara da Fazenda Pública da Capital, que extinguiu o processo, sem julgamento do mérito, em razão do reconhecimento da competência absoluta dos Juizados Especiais da Fazenda Pública para processar e julgar o feito.

No caso presente, os autores/apelantes, policiais militares inativos, ingressaram com a *ação ordinária* subjacente ao presente apelo, objetivando a incorporação da *Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo* aos seus proventos de inatividade, por se tratar de uma gratificação de caráter geral, extensível aos inativos e pensionistas.

Nas razões do apelo (fls. 29/35), defendem os apelantes, em suma, que *“a gratificação ora pleiteada trata-se de extensão de vantagens a servidores públicos militares do Estado. Assim sendo, à luz da Resolução nº 321/11, art. 2º, § 2º, V, do TJPE, não é da competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública, ainda que abaixo de 60 (sessenta) salários mínimos”*.

A FUNAPE, em contra-razões às fls. 53/58, alegou que: (i) *“nos termos do art. 2º da Lei Federal n. 12.154, de 22 de dezembro de 2009, causas com valor até 60 (sessenta) salários mínimos são da competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública”*; (ii) *“o caso concreto não pode ser incluso como apto a imediato julgamento por ainda não ter sido efetuada a citação da parte ré para responder os termos da petição inicial”*.

O Ministério Público, com assento neste Tribunal, opinou *“pelo provimento da apelação, para anular a sentença recorrida, prosseguindo a tramitação do feito na 2ª Vara da Fazenda Pública de Pernambuco”*. (fls. 64/67).

É o relatório, no essencial.

Inclua-se em pauta, para julgamento oportuno.

Recife, 14 de maio de 2014.


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

176
E

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0329546-9

APELANTE: Florivaldo Francisco do Nascimento e Outro

APELADOS: Fundação de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco - FUNAPE

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

VOTO

A discussão dos autos cinge-se à definição da competência jurisdicional para processar e julgar esta ação ordinária cujo valor da causa, por se tratar de litisconsorte facultativo, no qual deve ser "*considerado o valor econômico individualmente pretendido por cada autor*", foi estipulado em montante inferior a 60 (sessenta) salários mínimos, ajuizada após o advento da Lei Federal nº 12.153/2009, que disciplina os Juizados Especiais da Fazenda Pública no âmbito dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios.

Deveras, a competência dos Juizados da Fazenda Pública é **absoluta**, por força do art. 2º, § 4º, da Lei nº 12.153/2009, *in verbis*:

"Art. 2º É de competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública processar, conciliar e julgar causas cíveis de interesse dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, até o valor de 60 (sessenta) salários mínimos.

§ 4º No foro onde estiver instalado Juizado Especial da Fazenda Pública, a sua competência é absoluta".

Logo, não vigora para as partes a liberdade de escolha entre os Juizados da Fazenda Pública e a Justiça Comum, diversamente do regime de livre escolha adotado pela Lei nº 9.099/95, na parte que trata dos Juizados Especiais Cíveis.

Na hipótese em exame, insurgem-se os ora apelantes, contra a não inclusão em seus proventos da *Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo*, alegando que, por se tratar de uma gratificação de caráter geral, deve ser extensível aos inativos.

Nesse caso, entendo que **não é aferível, de imediato, o real conteúdo econômico da demanda**, de modo a ser possível afirmar de maneira peremptória que, a partir do reconhecimento do direito vindicado, o valor a ser apurado na causa será inferior a 60 (sessenta) salários mínimos – o que atrairia a competência dos Juizados da Fazenda Pública.

Por outro lado, cabe assinalar que a gratificação em foco não tem natureza previdenciária, o que faria incidir o art. 2º, inciso VI, da Resolução nº 321/2011 do TJPE.

Deveras, é consabido que o Estado de Pernambuco sustenta em Juízo a tese de que a vantagem em lume foi expressamente criada para contemplar os policiais militares da ativa, nos termos do art. 8º da LC nº 59/2004, não sendo, exatamente por isso, extensível aos inativos.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

77
e

Assim, não é possível, *a priori*, considerar que a demanda teria *natureza previdenciária*, pelo só fato de ter sido proposta por inativo, porquanto a questão controversa demanda, primeiro, exegese sobre o *caráter* (geral ou *propter laborem*) de vantagem indiscutivelmente estatutária, para só ao depois se cogitar de sua percepção por militar inativo.

Nesse contexto, entendo que é competente para processar e julgar o feito a Vara da Fazenda Pública.

Ante o exposto, **dou provimento à apelação cível**, em ordem a reformar sentença *a quo* e declarar competente a 2ª Vara da Fazenda Pública da Capital para processar e julgar o feito, determinando o retorno dos autos àquela serventia judicial para o seu regular processamento.

Recife, 29 de maio de 2014.


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator